

A TEMÁTICA INDÍGENA EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08

FELIPE NUNES NOBRE¹; EDGAR ÁVILA GANDRA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – felipennobre@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – edgargandra@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma apresentação do anteprojeto de pesquisa que o autor está desenvolvendo no Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da UFPel, no qual ingressou no primeiro semestre de 2015. Consiste no estudo sobre as representações dos povos indígenas em livros didáticos de História, destinados ao ensino fundamental, distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) entre 2008 e 2015. Esse período é marcado pela implementação da lei 11.645, de março de 2008, que institui que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008).

Uma das demandas geradas por essa lei é a adequação dos materiais didáticos. No edital de convocação para a inscrição das coleções no processo de avaliação do PNLD 2011 já consta, como critério eliminatório, a exigência do atendimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluída aí a alteração gerada pela lei 11.645/2008 (BRASIL, [2008?], p.37). Logo, percebe-se que este recorte abarca um contexto privilegiado para se estudar as relações entre os conteúdos dos livros didáticos e as demandas sociais expressas no currículo oficial.

As principais fontes utilizadas nesse estudo são as coleções didáticas Projeto Araribá: História (Editora Moderna) e História: Sociedade & Cidadania (Editora FTD), destinadas às séries finais do ensino fundamental, em suas edições distribuídas pelo PNLD nos ciclos 2008, 2011 e 2014. Essas coleções foram escolhidas por serem as duas distribuídas em maior volume pelo PNLD no período em foco. Desse modo, formam um corpus homogêneo que permitirá analisar as representações sobre os povos indígenas, suas mudanças e continuidades no período delimitado.

O principal objetivo do estudo é analisar as representações sobre os povos indígenas nas coleções didáticas mencionadas, em suas edições distribuídas pelo PNLD no contexto de implementação da lei 11.645/08. Para tanto, temos por objetivos específicos: identificar em que momentos da narrativa sobre a história nacional os povos indígenas ganham visibilidade e como são representados; discutir as demandas sociais que motivaram a criação da lei 11.645/08 e os reflexos dessa nas coleções didáticas em foco; e confrontar o conteúdo dos livros didáticos com a bibliografia específica citada pelos mesmos, visando discutir se há ou não, e onde se manifestam, silenciamentos sobre o assunto.

O embasamento teórico do trabalho, por sua vez, se dá a partir das considerações de Roger Chartier (1990) sobre o conceito de representação. De acordo com o autor as representações dizem respeito “às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social” (CHARTIER, 1990, p.17). Nesse sentido, é preciso “considerar estas representações como as matrizes de discursos e de práticas diferenciadas (...) que têm por objectivo a

construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades” (CHARTIER, 1990, p.18). Compreendemos, assim, que o estudo das representações dos povos indígenas em livros didáticos relaciona-se com questões mais amplas de construção de identidades e relações de poder na sociedade que produz esses materiais.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nessa pesquisa é a análise textual qualitativa, entendida a partir das considerações de Roque Moraes (2003). Segundo esse autor, o processo de análise qualitativa de um corpus documental se dá em três etapas: a unitarização, a categorização e a comunicação. A unitarização é a desmontagem dos textos em pequenas unidades de análise. Nesse movimento, que coloca o foco nas partes componentes e nos detalhes, “pretende-se conseguir perceber os sentidos dos textos em diferentes limites de seus pormenores” (MORAES, 2003, p.195).

A segunda etapa no ciclo da análise qualitativa é a categorização, definida como “um processo de comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial de análise, levando a agrupamentos de elementos semelhantes” (MORAES, 2003, p.197). Do estabelecimento de relações entre as diferentes categorias e da criação de pontes entre elas chega-se à terceira etapa do processo: a comunicação através de um metatexto “constituído de descrição e interpretação, representando o conjunto um modo de compreensão e teorização dos fenômenos investigados” (MORAES, 2003, p.202). Desse modo, ressaltamos que o objetivo da análise textual qualitativa é “a construção de um novo texto, um metatexto que tem sua origem nos textos originais, expressando um olhar do pesquisador sobre os significados e sentidos percebidos nesses textos” (MORAES, 2003, p.201).

A partir dessa metodologia de análise textual buscamos lançar um olhar aprofundado sobre as representações dos povos indígenas construídas nas narrativas dos livros didáticos em foco. Fragmentando os textos em pequenas unidades, mapearemos em detalhes os momentos e contextos nos quais esses povos ganham visibilidade. Através da comparação entre essas unidades criaremos categorias nas quais as diferentes representações se enquadram e, a partir da interpretação dessas categorias, construiremos novos sentidos e significados para essas narrativas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No estágio em que a pesquisa se encontra já foram analisadas as duas primeiras edições da coleção didática Projeto Araribá: História. A primeira edição, de 2006, foi distribuída no PNLD 2008, enquanto a segunda edição, de 2007, foi distribuída no PNLD 2011. A partir da análise desse material construímos três categorias de visibilidade dada aos povos indígenas na narrativa dos livros didáticos. A primeira delas é o que chamamos de menções passageiras, que ocorrem quando a narrativa menciona a existência de indígenas em determinados contextos, mas não aprofunda a questão. Um exemplo é quando aborda, no livro de 7ª série, o início do ciclo do ouro, e diz que “no início da extração aurífera, o trabalho nas minas era realizado principalmente pelos próprios descobridores, embora vários deles possuíssem escravos indígenas” (APOLINÁRIO, 2006(3), p.45). Aqui se evidencia que havia naquele contexto uma série de relações entre colonos e indígenas. No entanto, nenhuma questão é aprofundada, como por

exemplo: quais eram os povos escravizados? Essa escravização era legal? Havia na região outros povos, não escravizados, em contato com os colonizadores? Esses são exemplos de perguntas que essas menções passageiras deixam no ar. Assim, essas passagens acrescentam muito pouco ao conhecimento sobre as relações interétnicas ou sobre a diversidade cultural do país.

A segunda forma sob a qual os povos indígenas ganham visibilidade é quando surgem na narrativa enquanto objeto da ação colonizadora. Isso se dá quando a narrativa aborda, no livro de 6ª série, a ação dos chamados bandeirantes paulistas e dos jesuítas, no período colonial (APOLINÁRIO, 2006(2), p.226-229). Nesse contexto, os indígenas surgem como a solução para o problema da falta de mão-de-obra na vila de São Paulo, para o qual “o meio mais comum de resolvê-lo era realizando expedições de apresamento de índios, chamadas bandeiras” (APOLINÁRIO, 2006(2), p.226). Por outro lado, havia o grupo dos padres jesuítas, cujo objetivo era catequizar os nativos, e que lutavam contra sua escravização. Em ambos os casos os indígenas aparecem apenas como objeto da ação dos colonizadores, já que sua perspectiva sobre a escravização ou sobre a catequização não é levada em conta. A imagem criada, pois, é de que teriam assistido passivamente a todo esse processo.

Por fim, a terceira categoria de visibilidade indígena presente na coleção Projeto Araribá: História é aquela na qual se busca construir conhecimentos sobre os povos originários. Isso se dá em dois momentos específicos. O primeiro, quando se trata do povoamento do território e do modo de vida dos “primeiros habitantes do Brasil” (APOLINÁRIO, 2006(1), p.60-65). Nesse momento são tratados, valendo-se do conhecimento arqueológico, alguns aspectos do modo de vida desses povos, como a caça, a agricultura, a produção de cerâmica e tipos de moradia. O segundo momento em que a coleção busca construir conhecimentos sobre os povos indígenas é na seção Em Foco: Os povos indígenas do Brasil, no livro de 6ª série (APOLINÁRIO, 2006(2), p.176-183). Nessa seção é apresentada uma perspectiva indígena sobre a descoberta do Brasil, dados sobre a demografia e a diversidade cultural dos povos indígenas na atualidade, bem como, informações sobre a cultura e organização social dos tupis no período colonial. Esse é, sem dúvida, o momento da coleção em que esses povos ganham maior visibilidade e as informações são mais aprofundadas.

Quanto às diferenças percebidas entre a primeira e a segunda edição da obra, verificou-se que a mudança mais significativa se deu na parte referente às expedições de apresamento promovidas pelos paulistas, que na segunda edição está na primeira unidade do livro de 8º ano (APOLINÁRIO, 2007(3), p.14-17). Nessa segunda edição foram acrescentados dois boxes, um tratando da ação dos bandeirantes no combate a indígenas e destruição de quilombos no nordeste, e outro que enfatiza, através de citação do historiador John Monteiro, que o principal objetivo das expedições ao sertão sempre foi a escravização de indígenas (APOLINÁRIO, 2007(3), p.16). Também foi acrescentado, no corpo do texto, um item intitulado “assimilação de conhecimentos indígenas” (APOLINÁRIO, 2007(3), p.17), onde se ressalta que muitos conhecimentos indígenas foram essenciais para a sobrevivência dos colonizadores.

4. CONCLUSÕES

O projeto de pesquisa aqui apresentado ainda está em desenvolvimento, portanto o que foi exposto refere-se a uma primeira aproximação com o material. Embora ainda não tenhamos analisado todo o corpus documental selecionado para a pesquisa, a partir do que já foi realizado podemos expor algumas

conclusões. Na maioria das vezes em que os povos indígenas ganham visibilidade na narrativa didática (nas menções passageiras e enquanto objeto da ação colonizadora) não é construído satisfatoriamente um conhecimento sobre esses povos ou mesmo sobre as relações interétnicas que permeiam o processo de formação do país.

Os momentos em que a coleção busca efetivamente construir conhecimentos sobre esses povos, por sua vez, se localizam no passado mais remoto: antes da chegada dos europeus e no período colonial. Dessa forma, chama a atenção o fato de que nos períodos históricos posteriores ao período colonial as referências aos povos indígenas são muito escassas. Em toda a história da República, que se estende de 1889 até a atualidade, a única referência aos povos originários se dá quando se trata da Constituição de 1988, que ao reconhecer, entre outros, “o direito dos povos indígenas às terras que ocupam, representou um enorme avanço rumo à organização de uma sociedade democrática e menos desigual” (APOLINÁRIO, 2006(4), p.207). Assim, no conjunto da narrativa sobre a história nacional prevalece a imagem dos indígenas associados ao passado mais distante.

Sobre os reflexos da lei 11.645/08 no conteúdo da coleção, há a possibilidade das modificações verificadas entre a primeira e a segunda edição estarem relacionadas a ela. Isso porque, mesmo a segunda edição sendo datada de 2007, as coleções foram entregues para a avaliação do PNLD em 2009 (BRASIL, [2008?]), quando já se exigia a adequação à nova legislação. Portanto, a hipótese é de que possa ter havido esse pequeno retoque para valorizar a experiência indígena, principalmente no que diz respeito ao tópico “assimilação de conhecimentos indígenas”. A confirmação ou não dessa hipótese só poderá se dar, no entanto, quando a pesquisa estiver mais desenvolvida.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOLINÁRIO, M. R. (Ed.). **Projeto Araribá: História**. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006. 4v.
- APOLINÁRIO, M. R. (Ed.). **Projeto Araribá: História**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2007. 4v.
- BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. [S.l.: s.n.], 2008. Acessado em 11 jun. 2015. Online. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de coleções didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2011**. [S.l.: s.n.], [2008?]. Acessado em 20 mar. 2015. Online. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/livro_didatico/edital_pnld_2011.pdf
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v.9, n.2, p.191-211, 2003. Acessado em 20 jun. 2015. Online. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>